

DISCUTINDO O INTERCÂMBIO UNIVERSIDADE E REDE PÚBLICA*

Maria Izete de Oliveira¹

RESUMO: *Esse artigo tem como finalidade provocar uma reflexão acerca de um dos papéis da universidade qual seja a disseminação de suas produções científicas, bem como, a sua relação com a rede pública de ensino. Para tanto, tomo como referência a pesquisa que realizei no mestrado que teve como objetivo investigar se as produções da pós-graduação são acessíveis aos profissionais das DEs (Delegacias de Ensino)² da Capital de São Paulo que atuam junto aos professores do ensino fundamental, e quais os fatores que possibilitam e os que dificultam o acesso a essas produções. Um ponto evidenciado é que esse acesso não pode ser analisado isoladamente; nessa análise emergem aspectos da relação universidade e rede pública. E, as contingências dificultadoras do acesso são relativas às duas instituições.*

UNITERMOS: *Intercâmbio; universidade; produções; escola; rede pública.*

A literatura referente à educação possui uma gama de conhecimentos, que vão desde reflexões sobre os *constructos* teóricos até propostas de intervenção pedagógica, visando minorar os problemas que as escolas de ensino fundamental, dentre outros níveis, enfrentam no seu cotidiano.

Ainda assim, essa é uma questão bastante polêmica e requer muita reflexão e comprometimento por parte dos profissionais da educação. Um exemplo claro da complexidade dos problemas educacionais é a pesquisa realizada por Barreto (1983) nas escolas de ensino fundamental da periferia de São Paulo. Constatou-se, nessa pesquisa, que os problemas na escola são muitos e de diversas naturezas: a indisciplina, dificuldades de aprendizagem, metodologias de ensino, sistema de avaliação, dentre outros. Nesse estudo a pesquisadora solicitou aos professores que “relatassem uma dificuldade específica, do ponto de vista metodológico, que tivessem sentido em sua atuação em sala de aula”, e deparou com a ocorrência de problemas tanto de origem técnico-pedagógica, que se referem à insegurança do professor nas habilidades para administrar uma sala de aula, quanto de ordem do comportamento dos alunos, como a indisciplina, os problemas emocionais, a apatia, o roubo, a falta de higiene e saúde e o interesse exacerbado pela sexualidade.

Esta constatação nos mostra a importância da pesquisa na área de Educação que,

* Relato de pesquisa realizada na PUC/SP no Programa de Psicologia da Educação – Dez. 1998.

¹ Doutora em Psicologia da Educação pela PUC/SP, Professora da Faculdade de Educação da UNEMAT e Coordenadora da Revista CRESCER da FAED-UNEMAT.

² Na nossa realidade Mato-grossense a Delegacia de Ensino equivale a Assistência Pedagógica.

no mínimo, deveria abrir espaço para discussões dos problemas educacionais, envolvendo tanto os pesquisadores quanto os professores que atuam no ensino fundamental e médio.

Esta preocupação justifica-se por serem as produções da pós-graduação consideradas, pelos autores estudados (Cunha 1979; Franco 1984; Göergen 1985; Sousa 1994 e Gauthier 1996 etc), como grande contribuição, enquanto subsídios teóricos, para auxiliar o professor em sua prática pedagógica uma vez que, para ensinar, o educador não pode se valer apenas de seu “talento”, “bom senso” ou da experiência adquirida, “ele deve possuir também um corpus de conhecimento que o ajudarão a ler a realidade e a enfrentá-la.” (Gauthier et al: 5). E quem, senão a universidade, tem a responsabilidade de produzir e divulgar esse *corpus* de conhecimento?

Göergen (1985:206), por exemplo, ressalta que a universidade sempre teve como objetivo cultivar e transmitir o saber e acrescenta, em um outro artigo, que “a pesquisa, que é busca de conhecimentos e explicações sobre aspectos obscuros da realidade, tem seu objetivo maior exatamente na divulgação final de seus resultados, para que estes possam servir a outros, para que possam ser usados”. (Göergen,1986:10).

Partindo dessa premissa, não podemos nos esquecer que é atribuição da universidade sustentar-se no tripé: pesquisa, ensino e extensão, sendo que a extensão universitária, segundo Botomé (1996), “tem sido apontada como forma de estender à sociedade a pesquisa feita na universidade, caso contrário, a pesquisa não sai do âmbito da academia e seus conexos. (...) a extensão da pesquisa não é outra coisa que o acesso a ela e aos seus resultados”. (apud Oliveira:1998). Assim, a divulgação das produções é um compromisso com a comunidade estabelecido pela extensão universitária.

Se o valor da pesquisa educacional está, justamente, na contribuição que ela pode trazer para a educação e, se a universidade é o principal *locus* de produção desses conhecimentos, então, um desafio se nos apresenta: é preciso fazer com que esses novos conhecimentos cheguem às escolas públicas para que possam ser utilizados pelos seus agentes em benefício da educação. Essa é, sem dúvida, uma das formas de a universidade estar cumprindo com seu papel social no sentido de contribuir para a qualidade do processo educacional.

É fato que o acesso, ou não, a essas produções não pode ser analisado isoladamente; nessa análise emergem aspectos da relação universidade³ e rede pública. E, com certeza, as contingências dificultadoras do acesso são relativas às duas instituições; por

³ É importante ressaltar que quando faço menção à universidade não me refiro a uma universidade específica já que utilizei, na pesquisa, depoimentos prestados pela Dirigente Regional de Ensino e pela Assistente Técnico Pedagógico (ATP) sobre as universidades de modo geral.

um lado, existe a falta de estratégias de divulgação das produções por parte da universidade. Por outro, as características do trabalho na DE (questões burocráticas e a falta de tempo) dificultam a circulação e utilização das produções no ambiente de trabalho, impedindo, até mesmo, que ocorra o interesse por esse tipo de material.

Sem dúvida, as condições de trabalho oferecidas na DE, e nas escolas públicas, não garantem a seus profissionais tempo suficiente para que procurem e consultem um tipo de produção do porte de uma tese ou dissertação. Mas, o que preocupa é constatar que não existe, também, por parte dos profissionais da DE, a utilização de artigos derivados desse tipo de produção. E, ainda ocorre que, se por ventura um artigo utilizado for proveniente de uma tese ou dissertação, muitas vezes, essa origem passa despercebida por não se fazer tal referência na obra consultada.

Mesmo que as características da DE dificultem o acesso e a utilização das pesquisas, isso não isenta a universidade da responsabilidade de divulgar suas produções. Ainda mais se considerarmos que essa característica não é exclusiva da DE, mas sim de qualquer instituição que abrange várias repartições, fato esse que não deve ser de desconhecimento da universidade e, sim, considerado por ela quando do planejamento de estratégias para divulgação de suas produções com vistas a facilitar o acesso desse material não só aos profissionais das DEs, como também da rede pública como um todo.

A divulgação da pesquisa educacional por meio da publicação em livros e revistas especializadas, ou ainda em cursos, conferências, palestras, seminários, congressos etc., embora seja a mais comum, não atinge um público mais específico, ou seja, aqueles que se encontram ativamente no ensino fundamental, já que este público menos facilmente participa de eventos científicos como também encontram dificuldades (econômicas, etc.) em manter a bibliografia de apoio atualizada.

Sabemos que o impacto das teses e dissertações no âmbito dos órgãos públicos só ocorre anos depois de sua defesa já que, quando o autor consegue (se conseguir) publicar um resumo de sua pesquisa em revistas ou livros científicos esse material tende a circular, primeiramente, no meio universitário e somente depois de sua divulgação entre os pares é que esse material, talvez, chegue ao conhecimento daqueles que atuam na rede pública de ensino.

Como bem pontua Göergen (1985), a difusão dessas produções, na maioria das vezes, ocorre somente no meio universitário, sendo que os resultados das pesquisas educacionais não vêm sendo divulgados adequadamente junto aos diversos seguimentos da sociedade em geral e, em especial, junto aos profissionais dos outros níveis de ensino. Isso nos faz crer que os veículos de divulgação não proporcionam uma integração entre os conhecimentos produzidos nos programas de pós-graduação e o ensino fundamental e

médio.

Sousa (1994a), em seu estudo sobre *A Divulgação de Pesquisas Realizadas no Âmbito de Programas de Pós-graduação*, constatou que “constitui-se em mais um alerta a urgência de esforços, pelas Universidades e Associações de pesquisa, na luta pela viabilização de condições para divulgação das pesquisas produzidas na pós-graduação...” (:78)

Compartilho deste ponto de vista de Sousa e complemento que: se é papel da universidade produzir conhecimentos que possam ser úteis à comunidade, é seu papel, também, assegurar aos interessados o acesso às suas produções, mais especificamente, àquelas da pós-graduação. Concordo com Botomé (1996) quando afirma que “se o objeto do trabalho da universidade é a produção de conhecimento, então, parece ser específico dela também, torná-lo acessível”.(:39)

É partindo dessa premissa que enfoco, neste artigo, dados a respeito do papel da universidade na relação com a rede pública, ou seja, sua responsabilidade em garantir à sociedade o acesso a suas produções e o acesso à própria universidade. A ênfase na crítica à universidade se justifica pelo fato de que é nossa responsabilidade, interferir em suas ações de forma a aprimorá-las, uma vez que é a universidade o nosso local de atuação e está ao nosso alcance modificá-la. É certo que essa não é uma tarefa fácil mas, não é impossível.

É importante, nesse momento, para que não haja entendimento diversificado do conceito de divulgação e de acesso, apresentar uma definição sobre esses termos. Conforme esclarece o léxico, **divulgar** significa “Vulgarizar; tornar conhecido, propalar; publicar” enquanto **acesso** diz respeito à “...chegada; aproximação; trato;...” . Isso significa dizer que divulgar é colocar algo à disposição do público o que não garante que as pessoas, necessariamente, terão acesso àquele material.

Com essa colocação gostaria de chamar atenção para o fato de que a universidade não pode se dar por satisfeita apenas colocando suas produções à disposição do público. É preciso criar estratégias de divulgação que maximizem a possibilidade de acesso àqueles que podem fazer uso dos resultados das pesquisas. Teses e dissertações são produtos da universidade e estão disponíveis em sua biblioteca, mas isso não é o suficiente para garantir o seu acesso aos interessados. Temos, dessa forma, dois problemas distintos, porém interligados, a serem analisados: **a divulgação pela divulgação** sem considerar a sua repercussão ou sem visar um determinado público e a **divulgação sistemática** das produções de forma a possibilitar o seu acesso a um público específico, que são os profissionais que atuam na Educação Básica.

Um dado importante que confirma a não utilização das produções da pós-gradua-

ção é apontado pela Dirigente quando afirma que “precisaria que houvessem sínteses dessas produções para facilitar a seleção daquelas que gostaríamos de ter acesso. (...) o acesso a essas produções é muito difícil,... só se encontram nas bibliotecas das universidades” .

Enquanto os profissionais da DE, por falta de acesso, não utilizam teses, dissertações e derivados para fundamentar sua prática, inúmeros trabalhos sobre o cotidiano escolar desatualizam-se nas prateleiras da biblioteca por falta de divulgação. Isso faz com que aqueles que estão exercendo a prática pedagógica tenham total desconhecimento daquilo que já foi produzido, sem poderem contar com as pesquisas como subsídios teóricos.

O Informativo da Associação de Pós-Graduação da PUC/SP aponta o grande acervo de teses e dissertações defendidas nos anos de 1996 e 1997 por essa instituição. No programa de História e Filosofia da Educação foram defendidos 21 trabalhos entre teses e dissertações no ano de 1996 e 38 no ano de 1997; na área de Currículo foram defendidos 41 em 1996 e 26 em 1997; no programa de Ensino da Matemática foram 03 em 1996 e 05 em 1997. Na área de Psicologia da Educação foram defendidos 46 em 1996 e 40 em 1997, totalizando 111 pesquisas em 1996 e 109 em 1997. Em suma, esses dados correspondem a 220 trabalhos, entre teses e dissertações diretamente ligadas à educação defendidos em apenas dois anos e em uma única universidade, o que representa uma quantidade⁴ significativa de trabalhos realizados que poderiam ser utilizados por educadores da área.

Não há dúvida de que é importante a quantidade de pesquisas produzidas a cada ano, porém, isso não é o bastante; é preciso que a universidade e os órgãos financiadores criem mecanismos de divulgação dessas pesquisas que tratam da problemática educacional de modo geral e que também enfocam questões diretamente ligadas às dificuldades que o professor enfrenta no seu cotidiano.

Göergen (1986) afirma que a pesquisa é movida também pelo interesse da transformação da realidade, é “uma atividade científica que, por pressuposto, busca a ampliação dos conhecimentos para possibilitar a intervenção concreta na realidade”. (:10). Mas, contraditoriamente, os profissionais da DE, por exemplo, só têm acesso à pesquisa por meio de amigos ou de algum pesquisador que desenvolve algum tipo de trabalho naquele local. Essa constatação evidencia que não é apenas do professor da rede pública a respon-

⁴ No que se refere à qualidade das pesquisas produzidas na pós-graduação, seja em termos teóricos ou metodológicos, considero que essa discussão, bastante polêmica, é merecedora de ser objeto de reflexões mais aprofundadas já que o tema proposto para este momento não tem este objetivo.

sabilidade pela não utilização das pesquisas; premissa essa que vai contra o entendimento de que os professores não têm interesse ou curiosidade por novos conhecimentos.

É certo que temos que considerar que parte das pessoas tem uma postura passiva, diante das pesquisas (no que se refere a sua leitura e utilização) mas, por outro lado, há também aquelas que, se tivessem acesso facilitado a elas fariam bom proveito de seus resultados para fundamentar seu trabalho pedagógico.

Quanto à passividade diante das pesquisas, acredito que isso se deva basicamente a uma educação que não estimula o uso das mesmas. Apesar de essa tendência estar modificando-se nas escolas, o que se constata, mais freqüentemente, é que os estudantes só têm contato com a pesquisa no ensino superior quando há a preocupação com a iniciação científica. Cabe à universidade criar o hábito no meio acadêmico - discentes e docentes - não só de produzir pesquisas como também de utilizar essas produções. Conforme Varsavsky (1976), melhor ainda seria se o contato com a pesquisa acontecesse nos primeiros anos de escolaridade para que a criança fosse familiarizando-se com ela e compreendendo sua finalidade, mas “não se deve confundir essa atividade com a formação de pesquisadores. (...) Ao contrário é um método de desmistificar a pesquisa científica fazendo com que todos a conheçam por dentro”. (:82)

Neste sentido, se não houver a formação inicial e a formação do futuro professor voltadas para a pesquisa, que garantia se tem para que elas sejam lidas ou utilizadas depois que o acadêmico sai da universidade se esta não criou o hábito da pesquisa na formação de seus alunos? Retorna-se, portanto, à fonte: o papel da universidade é fundamental também sob um novo ângulo: além de facilitar o acesso, deveria criar a necessidade para a leitura das pesquisas.

Nesse momento, é interessante abordar as colocações de Demo (1991) quando defende que no processo de formação acadêmica na universidade seja incluída a visão da pesquisa como princípio científico, ou seja, o ensino puro e simples já não representa mais o sentido básico da universidade. Para o autor é preciso que a universidade introduza seus alunos, no mundo da pesquisa despertando neles a capacidade de diálogo com a realidade, com competência para descobrir e criar.

Ainda a respeito da passividade diante das pesquisas tomo, como exemplo, o estudo de Gatti (1986) no qual constatou que a utilização das pesquisas, por parte de administradores (Secretarias de Educação de quatro Estados, Instituição de Ensino Superior e Centro de Pesquisa em Educação), nas reformas educacionais é bastante pequena. A autora verificou que os administradores da educação não têm o hábito de recorrer à pesquisa para desenvolver seus projetos; têm dificuldade em fazer a passagem da teoria para a prática e, ainda, atribuem pouca importância à pesquisa. Mas, acredito que isso não

ocorre apenas por uma característica inerente à pessoa do administrador ou à sua atividade, mas, provavelmente, guarda relação com o caráter das pesquisas, como por exemplo: produção insuficiente ou inadequada; o caráter teórico da pesquisa; a linguagem hermética utilizada pelos pesquisadores e o fato de o objeto de pesquisa, muitas vezes, estar distante do concreto do sistema de ensino.

Outro dado interessante é que existe um grande número de materiais bibliográficos produzidos pela SEE (Secretaria de Estado de Educação de São Paulo) que são utilizados na capacitação dos professores da rede pública de ensino e na prática pedagógica desses professores. Mas, verificando esse material podemos constatar que apesar de existirem, na sessão de “Referências Bibliográficas”, algumas indicações de teses e dissertações elas são inexpressivas, representam uma pequena quantidade em relação a outras indicações bibliográficas.

Se, por um lado, a utilização das teses e dissertações, em seu original, é praticamente inexistente, tendo em vista as dificuldades de acesso já mencionadas, por outro, precisamos garantir, pelo menos, que dessas produções derivem textos/artigos que possam servir de apoio para a elaboração dos materiais bibliográficos produzidos pelas SEEs e órgãos similares.

Para que isso ocorra, é preciso que as pesquisas estejam mais ligadas à prática educacional, o que seria uma forma de atender às reais necessidades das escolas públicas. Isso, provavelmente, também faria com que as pesquisas ganhassem mais credibilidade e fossem mais consultadas uma vez que estariam lidando com a realidade dinâmica da escola. Cunha, já em 1979, dizia ser extremamente urgente, a elaboração de pesquisas mais coladas à prática cotidiana da educação que poderiam levar a medidas práticas imediatas. (:13)

Não estou, com essa colocação, esquecendo-me do valor das pesquisas teóricas ou básicas, pois elas, com sua especificidade, também trazem grandes contribuições para a educação, esclarecendo teorias muitas vezes obscuras, que fundamentam a prática educativa. O que defendo é que as pesquisas empíricas ou práticas sejam mais voltadas para os problemas enfrentados nas escolas públicas, onde se concentra a maior parte de nossas crianças e, com certeza, os problemas mais graves da educação.

Não defendo uma visão simplista de que a pesquisa, por si só, seja capaz de promover transformações. Mas, acredito que ela tem muito a contribuir com a educação no sentido de que “...quanto mais ela tiver como referência a realidade concreta da escola, o seu cotidiano e o cotidiano da prática do professor, tanto mais ela terá força e legitimidade para ser interlocutora no momento da negociação pela qual vier a ocorrer uma mudança qualitativa ...”(Mello, 1985, :31) A desconsideração dos problemas reais que ocorrem

na escola parece ser um fator que compromete o intercâmbio universidade-escola pública.

A universidade deve repensar qual o sentido das pesquisas produzidas na pós-graduação. Se sua finalidade não é apenas cumprir uma formalidade do curso e contribuir para o conhecimento individual daquele que a produziu mas, também, contribuir para a melhoria da qualidade do sistema educacional, então a universidade deve implantar novos procedimentos que levem a esse fim. Nesse sentido, compartilho da seguinte opinião de Göergen (1986): “Enquanto (...) não se conseguir divulgar as pesquisas de forma que seus resultados cheguem ao conhecimento daqueles que operam a prática, a influência transformadora do conhecimento estará anulada, uma vez que a teoria cairá no vazio”. (:12)

Outro aspecto da relação universidade-rede pública, talvez ainda mais grave do que a falta de acesso às pesquisas, é o fato de que a escola é vista pelo pesquisador apenas como local de coleta de dados para o seu trabalho, cujo assunto pesquisado nem sempre é de interesse dessa instituição e, o pior, de cujos resultados nem sempre os profissionais da escola obtêm conhecimento. Nos cursos de mestrado e doutorado, na área de educação, infelizmente, é muito comum que os pós-graduandos recorram às escolas públicas, para realização de suas pesquisas, tendo como objetivo desvendar alguns fenômenos da complexidade envolvida na dinâmica escolar. Esse tipo de pesquisa deveria ter como finalidade contribuir para a minimização dos problemas detectados nas escolas ou na educação de modo geral. No entanto, antagonicamente, é comum o pós-graduando recorrer à escola, na fase de coleta de dados para seu estudo e não dar, posteriormente, nenhum retorno do trabalho desenvolvido.

Essa atitude é antiética e incoerente. Se o objetivo do futuro pesquisador era investigar e esclarecer determinado fenômeno, essa pesquisa só teria valor se retornasse ao local pesquisado contribuindo para reflexão da prática com vistas a solucionar ou minorar aquele problema. É incompreensível que um pós-graduando, mesmo sendo permitida a sua atuação, adentre em uma determinada instituição educacional alterando com sua presença a rotina do local e, ao terminar seu estudo, não se sinta na obrigação de dar uma devolutiva àqueles que foram sujeitos de seu estudo. Franco (1984) faz uma colocação bastante pertinente a este respeito afirmando que “... se por um lado essa distância entre pesquisador e pesquisado é sempre difícil de ser resolvida, por outro lado investir para que, no mínimo, os pesquisados também usufruam das pesquisas nas quais foram “sujeitos” é uma tarefa urgente e inadiável.”(:87). Investir para que os sujeitos das pesquisas tenham acesso a ela é, sem dúvida, um esforço impreterível da universidade e, se isso acontecer, poderemos dizer que estaremos dando um grande passo em direção ao objetivo

final da pesquisa que é a sua socialização.

Cabe ao pesquisador a preocupação em divulgar sua pesquisa já que é ele quem sabe a quem o seu trabalho pode interessar, como também é ele quem melhor domina a produção que derivou do seu problema de estudo. A democratização do conhecimento deve ser a bandeira de luta dos pesquisadores e/ou profissionais da educação universitária. Assim, acredito que uma das formas de a universidade se aproximar da escola pública é criando condições para subsidiá-la teoricamente, e por que não por meio da socialização de suas produções?

Mas, contraditoriamente, emerge nas escolas a impressão de que a universidade é fechada, restrita àqueles que fazem parte do seu cotidiano.

Existe uma cultura de distanciamento entre a universidade e a rede pública e a culpa é da universidade já que não considera a DE como possível intermediadora entre ela e as escolas (...) existe divergência político-partidária ou ideológica entre estas instituições, o que faz com que a universidade se mantenha distante da rede (...). Há, ainda, o preconceito gerado quanto à função dessas duas instituições: há um senso comum de que a função da universidade é formar “intelectual” e a função da rede pública é “operacional”, o que põe esta última em um patamar inferior.. (Depoimento da Dirigente de Ensino)

Porquanto não tenhamos dados que confirmem ou neguem as hipóteses apresentadas pela Dirigente (e acredito que mereçam ser alvo de outros estudos), penso que apontam para aspectos que podem estar interferindo na relação universidade-escola pública. Acredito que a universidade, visando não prejudicar ainda mais a sua relação com a escola, deveria considerar essa percepção que alguns profissionais da rede sustentam em relação a ela, ou seja, o seu distanciamento.

Sabemos que não é fácil para a universidade modificar essa realidade, mas cabe a ela, por meio de esforço sistemático, planejar e investir na divulgação de suas produções. Essa atitude poderá contribuir para mudar o quadro de descrédito que parcela da sociedade sustenta em relação a essa instituição. Nesse sentido, o alerta de Göergen (1985) é de impressionante atualidade!

A universidade deve repensar o seu relacionamento com a realidade social, a partir das necessidades e interesses da sociedade nacional, regional e local em que está inserida. Este relacionamento está hoje profundamente abalado e desacreditado, sendo urgente a sua revisão.(:210)

Em suma, no momento de criar estratégias de divulgação, é preciso que os profissionais da universidade e os órgãos de fomento à pesquisa estejam atentos a todos os obstáculos que possam dificultar o acesso a suas produções, para que seu esforço não seja em vão e não se criem medidas de divulgação inócuas. A universidade tem que considerar as condições concretas do trabalho dos profissionais da escola pública como, por exemplo, a falta de tempo para leituras expansivas e oferecer material prático e instrumental para esses profissionais.

Algumas sugestões foram elaboradas com o objetivo de proporcionar uma reflexão crítica acerca do papel da universidade em relação a rede pública. Essas sugestões contemplam diferentes aspectos mas não estão prontas e acabadas; precisam ser aprofundadas posteriormente. São elas:

- A universidade deve divulgar a programação de seus eventos de forma mais direcionada para as escolas públicas.
- A universidade deve promover seminários, encontros e palestras com temáticas que atendam às expectativas dos profissionais da rede.
- A universidade deve investir mais em convênios com as Secretarias de Educação.
- A universidade deve manter os profissionais das DEs informados sobre as pesquisas realizadas na instituição divulgando suas produções em jornal universitário, revista ou catálogo com *sinopses* das teses/dissertações defendidas.
- Na organização de temas de pesquisa a universidade deve procurar atender às necessidades reais das escolas trazendo contribuições efetivas para o campo estudado.
- A universidade deve garantir às escolas o retorno das pesquisas nelas realizadas, as DEs e as escolas devem ser vistas como parceiras na produção das pesquisas e não apenas como local de coleta de dados.
- Quando da entrega de sua tese ou dissertação o pós-graduando deveria encaminhar uma cópia do resumo da sua pesquisa ao seu Programa de Pós-graduação e, anualmente, cada Programa deveria incumbir-se de fazer um apanhado de todos os resumos para dar origem a uma coletânea que seria encaminhada para a Secretarias de Educação e as DEs, o que deveria ser custeado pelos órgãos financiadores de pesquisa.
- Os órgãos financiadores (INEP, CNPq, ANPEd, CAPES, etc)⁵ deveriam assumir a responsabilidade do financiamento dessas iniciativas como, por exemplo, a elaboração e distribuição da coletânea dos resumos de todos os programas e universidades que seria

⁵ Quanto à medida que cabe aos órgãos financiadores, sabemos que não está ao alcance da universidade controlar e garantir sua implantação. No entanto, acredito que a universidade deve reivindicar esse custeio junto aos órgãos de fomento à pesquisa.

dirigida especialmente à SE, e às DEs, isso possibilitaria a esses profissionais consultar e selecionar os trabalhos que lhes interessar.

É importante ressaltar que as sugestões aqui apresentadas surgiram da indicação de profissionais da rede pública que vivenciam as conseqüências do distanciamento com as instituições de ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Elba S.S. Professores de periferia: soluções simples para problemas complexos. in: PATTO, *Introdução à psicologia escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

BOTOMÉ, Silvio P. *Pesquisa alienada e ensino alienante - o equívoco da Extensão Universitária*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CUNHA, Luiz A. Os (des)caminhos da pesquisa na pós-graduação. In: *Seminário sobre a produção científica nos programas de pós-graduação em Educação*. Brasília: MEC/ CAPES, 1979, p 3-15.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 2 ed., São Paulo: Cortez, 1991.

FRANCO, Maria L.P.B. Pesquisa Educacional: algumas reflexões. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (51): 84-87, nov. 1984.

GATTI, Bernardete A. Participação do pessoal da educação superior nas reformas ou inovações do sistema Educacional. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: FCC, (59):3-14, nov. 1986.

GAUTHIER, C. et al. *Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente*. Faculdade de Educação, Universidade Laval. Grise. Versão preliminar. 1996

GÖERGEN, Pedro. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades avanços e perspectivas. *Em Aberto*, Brasília, (31): 1-19, jul./set, 1986.

_____, A divulgação da pesquisa educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, (153):201-214, maio/ago, 1985.

MELLO, Guiomar N. Pesquisa Educacional, políticas governamentais e o ensino de 1º grau. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (53):25-31, maio, 1985.

OLIVEIRA, Maria I. (1998). *O intercâmbio universidade e escola pública: reflexões a partir do depoimento de profissionais de uma Delegacia de Ensino sobre as produções da pós-graduação*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUSA, Sandra M.Z.L. Avaliação da aprendizagem: A divulgação de pesquisas realizadas no âmbito de programas de pós-graduação. *ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro, v.1, (3):73-80, abr/jun, 1994, a.

VARSAVSKY, Oscar. *Por uma política científica nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 976.